

(Em euros)

Unidades orgánicas	Nome	Montante
Estabelecimento Prisional Regional de Bragança	Mário Cardeal Martins do Torrão	150
Estabelecimento Prisional Regional das Caldas da Rainha	António Manuel da Conceição Loureiro	200
Estabelecimento Prisional Regional de Castelo Branco	Ângela Paula Ferrão Portugal	150
Estabelecimento Prisional Regional de Chaves	Maria Celeste Sales Moimenta de Carvalho Martins	150
Estabelecimento Prisional Regional de Coimbra	José Afonso Barroso	300
Estabelecimento Prisional Regional da Covilhã	Fátima Maria Morais Jerónimo	200
Estabelecimento Prisional Regional de Elvas	Ana Rosa Ferreira Pires dos Reis	150
Estabelecimento Prisional Regional de Évora	Maria da Ressurreição Aragonês Ceia Moura	150
Estabelecimento Prisional Regional de Faro e Olhão	João Paulo dos Santos Gouveia	250
Estabelecimento Prisional Regional de Felgueiras	Maria Manuel Silva Martins	150
Estabelecimento Prisional Regional do Funchal	Fernando José dos Santos	150
Estabelecimento Prisional Regional da Guarda	Luís António Vaz do Couto	250
Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães	Zélia Fernanda Pinto Fernandes	150
Estabelecimento Prisional Regional de Lamego	Maria Livramento Freitas Chanesco	150
Estabelecimento Prisional Regional de Leiria	João Manuel Pessoa Dias Tavares	300
Estabelecimento Prisional Regional do Montijo	Maria do Céu Guerreiro Messias Ramalhete	300
Estabelecimento Prisional Regional de Odemira	Ana Maria Almeida de Sousa Calado	150
Estabelecimento Prisional Regional de Ponta Delgada	Luís Miguel Monteiro Rego de Sousa	200
Estabelecimento Prisional Regional de Portimão	Ana Maria Almeida Spencer Salomão	150
Estabelecimento Prisional Regional de São Pedro do Sul e Viseu	António Miguel Alves	200
Estabelecimento Prisional Regional de Setúbal	Maria Hermínia de Seixas Pacheco	300
Estabelecimento Prisional Regional de Silves	Alexandra Maria Monteiro Moisés	150
Estabelecimento Prisional Regional de Torres Novas	Anabela Oliveira Alves Guerreiro	150
Estabelecimento Prisional Regional de Viana do Castelo e Monção	Ana Paula Felicíssimo Ramos	200
Estabelecimento Prisional Regional de Vila Real	Maria d'Ascensão Palmilha Henrique Montenegro Machado	200
Estabelecimento Prisional Regional de Inst. na Polícia Judiciária do Porto	António Faustino Coelho	150
Estabelecimento Prisional Regional de Inst. na Polícia Judiciária de Lisboa	Isabel Maria Vicente Flores	200
Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo	Elisabete Ferreira Dias	300
Centro de Formação Penitenciária	Paula Margarida dos Santos Ferreira Vicente	250

b) Os referidos fundos de maneiio visam a realização exclusiva de despesas de pequeno montante e de carácter urgente, por conta das seguintes rubricas orçamentais:

- 02 01 02 — Combustíveis e lubrificantes;
- 02 01 08 — Material de escritório;
- 02 01 12 — Material de transporte — Peças;
- 02 01 21 — Outros bens;
- 02 02 03 — Conservação de bens;
- 02 02 09 — Comunicações;
- 02 02 20 — Outros trabalhos especializados.

c) Os responsáveis pelos fundos de maneiio autorizados procederão à sua reconstituição mensal, mediante a apresentação dos correspondentes documentos de despesa.

d) Os aspectos particulares da constituição, utilização, reconstituição e liquidação destes fundos de maneiio constarão de normas de procedimento internas da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

2 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego nos administradores prisionais e outros funcionários designados para exercer funções de direcção dos estabelecimentos prisionais e na directora do Centro de Formação Penitenciária acima indicados a competência para autorizar a realização de despesas de pequenos montantes, urgentes e inadmiáveis, por conta do fundo de maneiio, mediante recurso ao procedimento adequado, a suportar pelo Orçamento do Estado e até aos montantes fixados no quadro supra.

3 — Este despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

3 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Luís de Miranda Pereira*.

#### Directoria Nacional da Polícia Judiciária

**Aviso n.º 578/2005 (2.ª série).** — Concurso interno de ingresso para provimento de 25 lugares de segurança estagiário. — Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, ficam os candidatos admitidos ao concurso interno de ingresso para o preenchimento de 25 vagas de segurança estagiário, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 2004, notificados, para, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, contados nos termos do artigo 44.º do supracitado decreto-lei, dizerem por escrito o que se lhes oferecer acerca do projecto de lista de classificação final, lavrada em acta da reunião do júri de 7 de Janeiro de 2005, que será afixada no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, na data da publicação do presente aviso.

Mais cumpre informar os candidatos de que poderão consultar o processo do concurso das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, de segunda-feira a sexta-feira, no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, 17, 1050-004 Lisboa.

14 de Janeiro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos Baptista*.

## MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**Aviso n.º 579/2005 (2.ª série).** — *Mobilidade de pessoal da Administração Pública — requisição.* — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 10 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, faz-se público que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo pretende admitir, em regime de requisição, com possibilidade de posterior transferência para o seu quadro de pessoal, funcionários integrados na carreira de auxiliar administrativo ou servente vinculados à administração central, a fim de exercer funções na Divisão de Laboratórios.

7 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

**Despacho n.º 1675/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo e nos termos dos n.ºs 2 e 5 do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, obtida a confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, nomeio a licenciada Maria Antonieta Abreu Castaño, na categoria de assessor principal no quadro de pessoal da ex-DRARN/LVT, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2004.

3 de Janeiro de 2005. — O Vice-Presidente, *José António Moura de Campos*.

**Despacho n.º 1676/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo e nos termos dos n.ºs 2 e 5 do artigo 29.º e 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, obtida a confirmação dos respectivos pressupostos

pela Secretaria Geral do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional:

Licenciada Maria Leonor da Conceição Fresco Mina — nomeada na categoria de assessor principal no quadro de pessoal da ex-CCRLVT, com efeitos a partir de 10 de Agosto de 2004.

3 de Janeiro de 2005. — O Vice-Presidente, *José António Moura de Campos*.

**Despacho n.º 1677/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo e nos termos dos n.ºs 2 e 5 do artigo 29.º e 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, obtida a confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, nomeio a licenciada Ana Isabel Prata Ramos na categoria de assessor principal no quadro de pessoal da ex-CCRLVT, com efeitos a partir de 10 de Agosto de 2004.

3 de Janeiro de 2005. — O Vice-Presidente, *José António Moura de Campos*.

### Direcção-Geral das Autarquias Locais

**Declaração (extracto) n.º 14/2005 (2.ª série).** — *Expropriação para construção do cemitério de Sátão.* — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local, por despacho de 27 de Dezembro de 2004, declarou a utilidade pública da expropriação

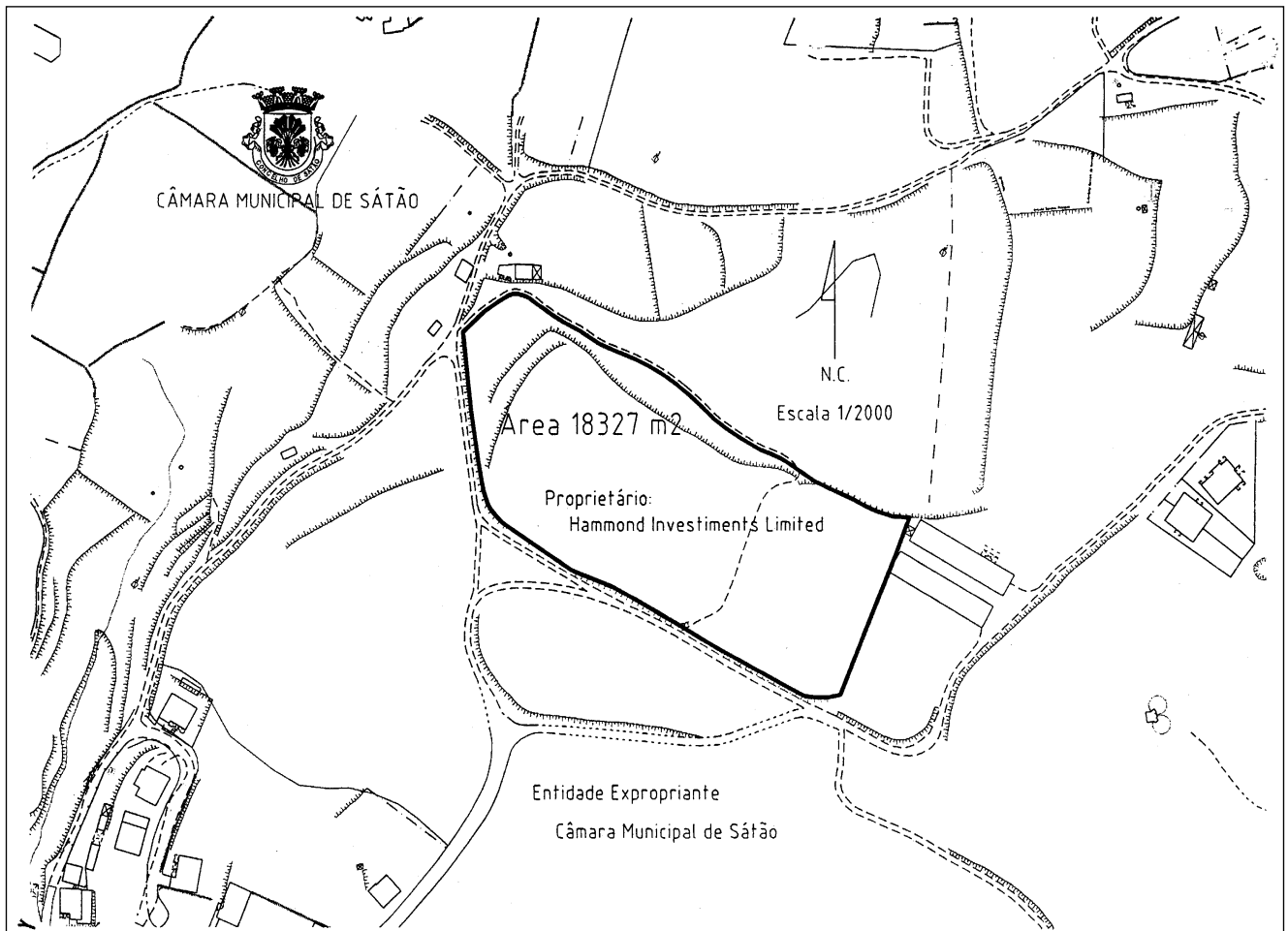
e autorizou a tomada de posse administrativa, a favor da Câmara Municipal de Sátão, do prédio representado na planta anexa e cuja descrição é a seguinte:

Prédio rústico sito ao Vale do Rodeiro, limite da povoação de Ruxós, freguesia e concelho de Sátão, com a área avaliada de 18 327 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 4163, descrito na Conservatória do Registo Predial de Sátão sob o n.º 01101/081091, propriedade de Hamond Investments Limited, de que é credora hipotecária a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sátão e Vila Nova de Paiva.

A expropriação tem por fim a construção do novo cemitério de Sátão.

Aquele despacho foi emitido, no exercício das competências delegadas, pelo Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, despacho n.º 24 522/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 26 de Novembro de 2004, e nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 1.º, 12.º, 13.º, 14.º, n.º 1, e 19.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tendo em consideração os fundamentos de facto e de direito constantes da informação técnica n.º 85/DSJ, de 9 de Setembro de 2004, e da informação técnica n.º 176/DSJ, de 14 de Dezembro de 2004, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, com os fundamentos de facto e de direito aí expostos e tendo em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.028.04, daquela Direcção-Geral.

7 de Janeiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Anabela Santos*.



### Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

**Despacho n.º 1678/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, após terem sido cumpridos todos os preceitos legais do procedimento de selecção do(a) titular do cargo de chefe da Divisão de Gestão Financeira, da Direcção de Serviços de Gestão e Administração, do quadro de pessoal dos serviços centrais do IGAPHE, e por, nos termos do relatório de apreciação das candidaturas apresentadas, ter ficado comprovado que é a que melhor corresponde ao perfil pretendido

para prosseguir as atribuições e objectivos daquela unidade orgânica, atenta a vigência do Decreto-Lei n.º 243/2002, de 5 de Novembro, e considerando que a duração da comissão de serviço, em paralelismo com o mandato do presidente do IGAPHE, não poderá ultrapassar 31 de Dezembro de 2005, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Maria de Fátima Brito da Silveira Nobre Contreiras no cargo de chefe da Divisão de Gestão Financeira, da Direcção de Serviços de Gestão e Administração, do quadro de pessoal dos serviços centrais do IGAPHE.

Este despacho produz efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2005.

11 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Paulo Zbyszewski*.